

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE FILOSOFIA,**
2 **LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – JUNHO DE 2018.** Aos sete dias de junho
3 do ano de dois mil e dezoito, teve início na segunda chamada, às nove horas e trinta minutos, a
4 reunião ordinária da Congregação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, *Campus*
5 Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo, sob a presidência da Diretora Acadêmica, Prof.^a
6 Magali Aparecida Silvestre. Presentes: Bruno Konder Comparato, Rosângela Ferreira Leite, José
7 Geraldo Costa Grillo, Caio Batista da Silva, Ailton Mesquita Lima, Diego Martin Casado, Marcio
8 Ribeiro Santos, Marcos Kochleitner, Mariana Stefanny Moisés Duzzi, Bianca Alves de Siqueira,
9 Magali Aparecida Silvestre, Ivo da Silva Júnior, Marcos Cezar de Freitas, Ivan Rodrigues Martin,
10 Jaime Rodrigues, Ana Maria Hoffmann, Carlos Alberto Bello e Silva, Indaiá de Santana Bassani,
11 Fernando Atique e Andrea Barbosa. Ausência justificada: Janes Jorge. Após assinatura da lista de
12 presença pelos participantes passou-se a tratar da pauta iniciando pelos informes para aguardar a
13 composição de quórum para deliberações. A Profa. Magali iniciou a reunião com os seguintes
14 informes: **a)** Tendo em vista as dificuldades de locomoção por transporte público e particular em
15 decorrência dos desdobramentos da greve nacional dos caminhoneiros, as aulas do período noturno
16 do dia 25 de maio foram suspensas. As atividades dos servidores seguiram até as 15h, pois alguns já
17 estavam no campus. Na segunda-feira, após avaliação sobre o movimento, tomou-se a decisão de
18 suspender as atividades acadêmicas e administrativas. Os Diretores dos *campi* e reitoria
19 conversaram sobre qual decisão tomar e, apenas o *campus* São Paulo, Reitoria e Hospital
20 Universitário permaneceram abertos. Informou, também, que dada a urgência de um
21 posicionamento a Direção Acadêmica, juntamente com a Câmara de Graduação, decidiram que a
22 EFLCH não faria reposição dos cinco dias letivos e que cada professor foi orientado a se organizar
23 com suas turmas para a reposição do conteúdo, lembrando que o semestre letivo se encerrará
24 somente no dia 15 de julho com o fim do período de Exames. Informou que a Pró-Reitoria de
25 Gestão com Pessoas decidiu que os servidores não precisariam repor todos os dias, apenas quinta e
26 sexta-feira, dias 24 e 25. **b)** No dia 22 de junho, dia do jogo do Brasil, o campus Guarulhos
27 permanecerá aberto a partir das 14h até as 22h45 e dia 27 de junho, dia do outro jogo do Brasil,
28 aberto das 8h até as 13h; **c)** A Direção Acadêmica convida para a Cerimônia de Comemoração dos
29 11 Anos da EFLCH proposta pela Câmara de Vereadores da cidade de Guarulhos, a ser realizada no
30 dia 20/06. Foi questionada sobre a relação da EFLCH com a Câmara e com a Prefeitura a que
31 respondeu afirmando ter uma boa relação com a Câmara de Vereadores e com a Prefeitura e que o
32 Prefeito esteve no *campus* no Dia Aberto, quando falou com estudantes e fez uma visita monitorada
33 dentro e no entorno do *campus*. Na ocasião, a Direção Acadêmica apresentou novamente as

34 reivindicações que vem sendo ponto de pauta há tempos. Explicou que os buracos abertos pela
35 chuva na frente dos portões da EFLCH prontamente foram reparados, mas as demais questões não
36 foram atendidas. e) Informou que foi consultada por uma pesquisadora da Fundação Carlos Chagas
37 sobre a possibilidade de professores da EFLCH participarem de pesquisa organizada pela Unesco
38 que envolve sete países e trata sobre formação de formadores. Encaminhará email com mais
39 informações. f) O novo funcionário Maurício, Chefe do TI, se apresentou afirmando que fará a
40 gestão administrativa do setor e que espera contribuir e contar com a colaboração de todos. Profa.
41 Magali explicou que a vaga do servidor corresponde à vaga da servidora Magda que se aposentou
42 por um problema de saúde. **10) Apresentação do Lave** - Após os informes Profa. Magali passou a
43 palavra aos professores responsáveis pelo Laboratório de Audiovisual da EFLCH – LAVE.
44 Esclareceu que eles haviam solicitado ponto de pauta para aprovação do regulamento, mas depois
45 pediram a supressão, mantendo somente informes. As Professoras Andrea Barbosa, Joana
46 Rodrigues e o Professor Rogério Schlegel, Coordenadores do LAVE, fizeram apresentação do
47 laboratório que está em funcionamento com equipe formada por bolsistas BIG, voluntários e
48 participação do Prof. Henrique Parra. Explicaram que o logo foi elaborado por Bruna Constância e
49 o estúdio, equipado com swtsher e ilha de produção, está em funcionamento nas salas 318 e 319,
50 espaço aprovado em Congregação. A Profa. Andrea explicou a origem do laboratório que se deu a
51 partir de uma verba da Fapesp destinada à instalação de laboratório de audiovisual para o *campus*
52 Guarulhos e Baixada Santista, sendo que o projeto inicial era de uma webtv e web rádio.
53 Destacaram que as obras civis foram feitas com recursos da EFLCH e agradeceram ao arquiteto
54 Pedro e ao Nivaldo, engenheiro elétrico, ambos servidores do *campus*. Informaram que estão
55 aprendendo como colocar as filmagens de eventos no ar, ao vivo, e verificando as autorizações
56 institucionais necessárias. Além disso, explicaram que é necessário um cabeamento que vai permitir
57 que os eventos sejam transmitidos *online* e que precisam de técnicos e financiamento. No momento
58 a filmagem pode ser realizada, mas não vai ao ar simultaneamente. O laboratório está em
59 funcionamento com os projetos Doc Unifesp, Sonoridades, Unifesp na Net e Lab invade, com
60 bolsistas e voluntários, e estão aprendendo a operar os equipamentos na experimentação e prática.
61 Neste momento estão transformando o material que possuem em produtos, como a entrevista com o
62 Prefeito da cidade de Guarulhos realizada no Dia Aberto. Os professores apresentaram outras
63 informações gerais e, por fim, disseram que estão disponíveis para receber as pessoas que quiserem
64 conhecer e colaborar com o laboratório. A Profa. Magali disse que o regulamento será enviado
65 posteriormente para compor pauta da reunião de agosto, que a CEFIAI está trabalhando para
66 orientar a elaboração de regulamentos dos espaços interdepartamentais e que o Setor de Patrimônio

67 está trabalhando na patrimonialização dos bens. **i) Pós-Graduação** – A Profa. Márcia Jacomini
68 explicou sobre o processo de informatização da Pós e o I Encontro de Pós-Graduação, ocorrido no
69 dia 18 de maio, quando foram fornecidas algumas informações a respeito de matrícula *online* para
70 os estudantes de pós-graduação. **j)** A Profa. Magali lembrou que os dois dias do IV Congresso
71 Acadêmico da UNIFESP e V Colóquio de Humanidades, 11 e 12 de junho, serão dias letivos.
72 Explicou que a Comissão local se dividiu em várias subcomissões que têm trabalhado bastante e
73 que a Programação do evento será composta por seis mesas redondas, 68 mesas de comunicação
74 oral, totalizando mais de 300 apresentações. Ponderou que pela primeira vez o Congresso
75 Acadêmico foi organizado de forma descentralizada e que a EFLCH precisaria refletir sobre isso, se
76 seria esse o formato desejado, com vistas à organização do evento em 2019. Explicou que, talvez,
77 alguns trabalhos não apareçam na programação porque houve um problema no sistema de
78 inscrições. Concluiu afirmando que vai encaminhar uma nota para os servidores técnicos
79 participarem e se envolverem nas atividades, desde que os setores permaneçam abertos. Prof. Bruno
80 informou que a apresentação no Congresso dos alunos PIBIC é obrigatória, que houve alguns
81 imprevistos, mas que todos os estudantes apresentarão seus trabalhos. Profa. Magali destacou,
82 também, a programação cultural do evento. Ao término dos informes os presentes foram indagados
83 acerca da solicitação de inclusão de ponto de pauta *Colaboração Técnica para o Departamento de*
84 *História* e alteração da ordem de pauta: antecipar o ponto 9 que ficaria antes do ponto 7. Em regime
85 de votação a reorganização da pauta foi aprovada por unanimidade. **1) Aprovação da ata da**
86 **reunião de maio** – A Ata da reunião de maio será encaminhada para aprovação na próxima reunião
87 da Congregação em julho quando, também, serão homologados os PPCs de alguns cursos de
88 graduação. **2) Ciência em processos discentes analisados na reunião da Câmara de**
89 **Graduação de junho** – Foi dado ciência aos processos discentes analisados na reunião da Câmara
90 de Graduação. **3) Aprovação do *ad referendum* da Direção Acadêmica sobre redistribuição do**
91 **Prof. Dr. Marcelo Costa Ferreira, do Departamento de Ciências Sociais, para a Universidade**
92 **Federal do Estado do Rio de Janeiro** – Prof. Carlos Bello tratou sobre o pedido de redistribuição
93 do Prof. Dr. Marcelo Costa Ferreira, do Departamento de Ciências Sociais, para a Universidade
94 Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em permuta com o Prof. Dr. Alessandro Carvalho
95 Sales. Explicou que o processo estava em andamento, mas que de acordo com os prazos a
96 tramitação só pode ser realizada após o professor cumprir o período de trabalho equivalente ao que
97 esteve afastado. Solicitou que fosse dado andamento ao processo para que seja operacionalizado em
98 2019. Profa. Magali explicou que aprovou *ad referendum* acreditando que o processo seguiria
99 normalmente, no entanto, somente após sua aprovação tomou conhecimento que o professor deveria

100 cumprir prazo de trabalho após afastamento. Solicitou que a Congregação aprovasse o *ad*
101 *referendum* para que, após cumprimento dos prazos o processo fosse concluído. Em regime de
102 votação, foi aprovado por unanimidade e homologada a aprovação *ad referendum* da Direção
103 Acadêmica sobre redistribuição do Prof. Dr. Marcelo Costa Ferreira, do Departamento de Ciências
104 Sociais, para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **4) Aprovação da indicação da**
105 **Professora Dra. Marcia Regina Tosta Dias, do Departamento de Ciências Sociais, como**
106 **representante da EFLCH, para compor Comissão PAD (Programa de Aperfeiçoamento**
107 **Didático da Pró-Reitoria de Graduação), em substituição ao Prof. Dr. Alexandre Pianelli**
108 **Godoy** – Em regime de votação, a indicação foi aprovada por unanimidade. **5) Aprovação de**
109 **indicação de dois técnicos administrativos e dois docentes para compor Comitê Editorial**
110 **Local (CEL) da EFLCH, do campus Guarulhos** – Profa. Magali lembrou que o Comitê
111 Editorial Local (CEL) é uma das atividades relacionadas à elaboração do Projeto Pedagógico
112 Institucional (PPI). Informou que dois alunos bolsistas foram selecionados pela Proplan e que
113 indicaria dois representantes dos TAEs, Daniela Schlic Matos e Lidia Gonçalves Martins. Destacou
114 que recebe um número elevado de solicitações de indicações e criticou que nem sempre a EFLCH
115 recebe de volta informações dos representantes. Em regime de votação, foi aprovada por
116 unanimidade a indicação dos nomes das Técnicas Administrativas Daniela Schlic Matos e Lidia
117 Gonçalves Martins. A professora Indaiá e o professor Ivan informaram a manifestação de interesse
118 da Profa. Sandra Mara Moraes Lima. Em regime de votação, foi aprovada por unanimidade a
119 indicação do nome da Professora Sandra Mara Moraes Lima para compor Comitê Editorial Local
120 (CEL) da EFLCH, do campus Guarulhos; **6) Alteração na composição da Comissão de Avaliação**
121 **do Estágio Probatório de acordo com Resolução Consu no. 145 de 21/02/2018** – Profa. Magali
122 explicou que de acordo com a Resolução CONSU no. 145/2018 haveria necessidade de ser
123 aprovada uma nova composição da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório (CAEP). De
124 acordo com artigo 11º., parágrafo primeiro, caberia à Congregação da Unidade Universitária indicar
125 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes; à Câmara de Graduação 1 (um) membro titular e 1
126 (um) suplente dentre seus integrantes; à Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa 1 (um) membro
127 titular e 1 (um) suplente dentre seus integrantes e à Câmara de Extensão e Cultura 1 (um) membro
128 titular e 1 (um) suplente dentre seus integrantes. Informou que consultou alguns dos atuais
129 integrantes e que eles manifestaram interesse em permanecer na CAEP: Profa. Regina Candido
130 Ellero Gualtieri, do Departamento de Educação, Prof. Cesar Ribas Cesar, do Departamento de
131 Filosofia e Prof. Eduíno José de Macedo, do Departamento de Letras e que gostaria de indicar o
132 professor Luís Fernando Teles, do Departamento de Letras. Após conversa sobre a composição, foi

133 colocada para votação e aprovada por unanimidade a seguinte proposta de composição:
134 Representantes da Unidade Universitária: Profa. Dra. Regina Candido Ellero Gualtieri e Prof. Luís
135 Fernando Teles, como titulares; Prof. Dr. Cesar Ribas Cesar e Prof. Dr. Eduíno José de Macedo,
136 como suplentes; Representantes da Câmara de Graduação: Prof. Dr. Marcos Pereira Rufino, como
137 titular e Prof. Dr. José Hamilton Maruxo Junior, como suplente; Representantes da Câmara de Pós-
138 Graduação e Pesquisa: Profa. Jerusa Vilhena de Moraes, como titular e suplente a ser indicado;
139 Representantes da Câmara de Extensão e Cultura: Prof. Odair da Cruz Paiva, como titular e
140 suplente a ser indicado. O servidor que fará a secretaria da CAEP deverá ser indicado
141 posteriormente. **13) Colaboração Técnica para o Departamento de História** - Prof. Jaime tratou
142 sobre solicitação de colaboração técnica da Profa. Fábila Barbosa Ribeiro da UNILAB e sobre a
143 contribuição de sua pesquisa para o projeto do curso. Explicou que desconhece se o calendário
144 eleitoral implicaria nos trâmites do processo, mas que gostaria de dar encaminhamento nessa
145 reunião para que, quando fosse possível, o processo continuasse a tramitar. Profa. Magali falou
146 sobre os problemas enfrentados causados pela falta de transparência e registros dos fluxos. Prof.
147 Carlos destacou a questão da solicitação de cooperação técnica do Prof. Bruno Fuser para o
148 Departamento de Ciências Sociais e os problemas enfrentados com os fluxos. Destacou que o
149 professor viria, inclusive, para auxiliar o LAVE e que teve a informação de que não seria possível
150 por conta dos prazos referentes ao ano eleitoral. Prof. Jaime falou que consultou a Pró-Reitoria de
151 Gestão com Pessoas, mas não obteve resposta. Profa. Magali ressaltou, embora reconhecendo que o
152 tema não estava na pauta, que seria necessário discutir estas informações com o RH, relatou o
153 problema bastante sério que teve com a solicitação do Professor Bruno Fuser, o que resultou no
154 atraso do trâmite do processo, e disse que gostaria de conversar com a Divisão de Recursos
155 Humanos do *campus* para discutir estas questões indicando diretrizes. Prof. Jaime sugeriu pautar
156 discussão sobre atividade meio e atividade fim e gostaria de incluir nessa discussão a biblioteca.
157 Profa. Magali informou que o tema será tratado a partir do próximo semestre e irá pensar em uma
158 forma de discutir e propor mudanças. Em regime de votação, foi aprovada por unanimidade a
159 homologação da solicitação de Cooperação Técnica da Profa. Dra. Fábila Barbosa Ribeiro da
160 UNILAB para o Departamento de História. **9) Deliberação sobre oferta de Cursos de**
161 **Especialização Lato Sensu autossustentáveis pelos docentes da EFLCH** - A Profa. Magali
162 informou que a Direção recebeu a solicitação de chamar a Profa. Raiane Patricia Severino
163 Assumpção, Pró-Reitora de Extensão e entendeu que seria melhor estabelecer uma conversa entre a
164 pró-reitora, a Direção Acadêmica e a Câmara de Extensão. A reunião teve como pauta esclarecer a
165 legalidade e institucionalidade de oferta desses cursos autossustentáveis e os fluxos para autorização

166 e implantação, subsidiada pelos seguintes documentos: Regimento dos cursos *Lato Sensu*,
167 Resolução aprovada pelo CONSU e decisão do Supremo Tribunal Federal sobre recurso
168 apresentado por uma instituição federal referente a cursos dessa natureza. Todos estes documentos
169 foram anexados à pauta da reunião da Congregação. Destacou que pelo fluxo atual é a Câmara de
170 Extensão que tem poder de decidir sobre a aprovação ou não dos cursos, mas que mesmo assim, a
171 Chefia de Departamento, a Câmara de Extensão e Direção Acadêmica emitem pareceres sobre a
172 proposta de curso. Sobre os fluxos reconheceu que não são claros e que a própria Pró-Reitora
173 também teve dificuldade de explicá-los. Esclareceu que o professor que atua em cursos dessa
174 natureza recebe por RPA e que sua participação precisa ser submetida à aprovação da CPPD. Caso
175 a CPPD não aprove, o professor não poderá ministrar o curso, embora seja obrigatório seu início.
176 Explicou que os documentos que subsidiam a legalidade da oferta de cursos *lato sensu*
177 autossustentáveis - Regimento da Extensão, Resolução sobre cursos *lato sensu* e Estatuto – estão
178 desalinhados e que a explicação dada pela Pró-Reitora é que eles foram elaborados em diferentes
179 tempos e que os ajustes necessários serão feitos. Perguntado na reunião com a Pró-Reitora quais
180 seriam as implicações da Congregação decidir contrariamente aos cursos autossustentáveis, a Pró-
181 Reitora ressaltou o recurso do estudante, de 26/04/17, em que o Ministro Edson Fachin afirma que
182 “a garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas
183 de mensalidade em curso de especialização, não fere o preceito institucional, a universidade não
184 deixa de ser pública”. Afirmou que a Congregação pode tomar esta decisão, mas que os
185 proponentes podem entrar com recurso. Aberta a palavra aos presentes, Prof. Marcos explicou que a
186 decisão do Departamento de Educação foi encaminhada por meio de ofício (anexado à pauta) e que
187 alguns colegas externaram porque discordam do princípio da cobrança. O Departamento de
188 Educação apresentou um consenso de que a EFLCH perderia muito mais do ganharia com a
189 aprovação dos cursos pagos. Falou sobre uma notícia de ordem administrativa apresentada por uma
190 professora do Departamento, de um argumento que acompanha estas questões que diz respeito à
191 vantagens de captação de recursos dos cursos que acabam resultando, na prática, quase nada para a
192 instituição. Prof. Marcos concluiu afirmando que parece ainda mais importante ratificar nosso
193 desconforto em termos algumas palavras chave da nossa destruição, usadas como palavras chave
194 para superação dos nossos problemas, como a palavra captação. A Profa. Ana questionou se a
195 votação foi unânime e o Prof. Marcos respondeu que não. O Prof. Ivan informou que não
196 conseguiu mandar por escrito a decisão do Departamento de Letras, pois a reunião havia sido
197 realizada no dia anterior. Disse que o tema foi bastante debatido e que por princípio o Departamento
198 de Letras considera que a universidade tem que ser pública e que seus cursos devem ser gratuitos, no

199 entanto, há a Resolução 131 que regula e permite a cobrança. O departamento não se manifestou
200 contrário, no entanto sugeriu que fosse criada uma instância interdepartamental local que avalie
201 além do mérito acadêmico dos projetos. Preocupam-se, também, que os cursos pagos acabem
202 ocupando espaços com muito mais poder do que os cursos não pagos, nos fazendo reféns dessas
203 ofertas. A Profa. Ana disse que o Depto. de História da Arte solicitou a presença da Pró-Reitora na
204 Congregação e a Direção a chamou para falar com a Câmara sem a presença do Depto de HA, acha
205 que a Raiane traria informações importantes e propõe que a Congregação não tome nenhuma
206 decisão nessa reunião. Destacou os pontos que colocou como Chefe junto a Profa. Ângela: a) insiste
207 em manter a autonomia dos Departamentos; b) Insiste também na questão do interesse social, pois
208 quando estão discutindo cursos pagos ou não, estão discutindo a viabilidade dos processos. Disse
209 que quando estamos tirando a possibilidade da autossustentabilidade estamos tirando a possibilidade
210 do próprio curso, destacando que seria um curso que ofertaria metade das vagas com bolsas; c)
211 destacou a valorosa parceria que seria estabelecida entre o Departamento de História da Arte e a
212 instituição em que ocorreria o curso, com formação, realização de palestras e publicação de livros;
213 d) falou que acha importante a questão da militância pela preservação do caráter público da
214 universidade, mas acha que precisamos ampliar a atuação da EFLCH junto à comunidade; e) por
215 último destacou que do ponto de vista da legislação da Unifesp, a aprovação da Direção Acadêmica
216 passa pelo ponto de vista administrativo, avaliando o risco de ônus para a EFLCH, o que no caso
217 não ocorrerá, pois o curso apresentado pelo Departamento de História da Arte seria ministrado em
218 espaço da Fundação. Acha que poderíamos ter um pouco mais de tranquilidade para discutir a
219 questão e insiste que os membros da Congregação votem pela autonomia dos Departamentos ou
220 continuidade da discussão. A Profa. Magali esclareceu que o Departamento de História da Arte
221 estava representado na reunião da Câmara de Extensão. A Profa. Marcia Jacomini fez uma reflexão
222 acerca do tema dizendo que a batalha da universidade gratuita já se perdeu por conta de uma
223 legislação que garante isso, e que tinha a esperança de um aluno matriculado em um curso pago ao
224 entrar na justiça conseguisse ganho de causa por ser uma universidade pública. Disse que na
225 Unifesp perdeu-se a batalha muito antes do campus Guarulhos ser aberto, pois tradicionalmente a
226 instituição oferece cursos de extensão pagos. Disse que, como princípio, é contra cursos pagos.
227 Acredita que o que pode ser debatido e mudado é o valor que se cobra e o que se faz com esse
228 dinheiro. Quando cursos pagos são dados os recursos deveriam vir para Unifesp e seria essa
229 discussão que deveríamos começar a fazer. Dentro da instituição perdemos nessa discussão porque
230 somos minoria. Acha que se o curso é pago a universidade deveria ficar com quase tudo. Gostaria
231 de levar para frente a discussão da porcentagem do curso que deveria ficar para a Unifesp. Prof.

232 Carlos informou que o Departamento não conseguiu fazer a discussão porque a pauta estava cheia,
233 acha que tem muita especificidade para se pensar, a quem vamos permitir fazer o curso e a quem
234 não vamos permitir, e o que vai ser feito com o dinheiro. Estamos no momento que ainda não temos
235 uma Escola, precisamos construí-la. Acredita que tenha que ter uma regra geral e se considerar as
236 especificidades. Levantou a questão da possibilidade de acumular dois “salários” e acredita ser esse
237 um elemento importante, pois vários cursos permitiam salários maiores. Destacou entre outros
238 pontos, que não haverá possibilidade de acumular segundo salário com a resolução 131, o que dá
239 uma certa tranquilidade. Acha que pode continuar a discussão e a decisão apoiaria outros grupos de
240 Diadema e Osasco para juntar esforços dos colegas e evitar essa lógica. A Profa. Indaiá disse que
241 discutiram na Câmara de Graduação e acharam que seria redundante fazer uma declaração de voto,
242 por isso a Câmara vai se abster tendo em vista que os Coordenadores já se sentem contemplados
243 com o voto dos Departamento. Profa. Ana falou que conta pouco a posição pessoal, sobre o que
244 sobra para a universidade, o curso autossustentável vem cobrir custo e sobra pouco, o que sobra é
245 conhecimento e pesquisa. Disse que acompanhou a FEA e que estava no conselho da PROEC para a
246 aprovação da 131 e que professores ganharem R\$500,00, não é remuneração, é cobrir custo.
247 Concorda em dividir a discussão entre princípio e o que se cobra. Afirma que é uma atividade de
248 extensão que teria como fruto formação de pesquisa importante. Profa. Andrea fez uma fala
249 informativa da resolução 131 destacando que é uma iniciativa tornar os cursos autossustentáveis
250 dentro de um limite que não ameace a universidade pública, e que tem um movimento de controle
251 de como estas iniciativas podem ocorrer, sobre as porcentagens previstas de distribuição dos
252 recursos arrecadados e necessidade de se compor planilha para não onerar a universidade. Profa.
253 Magali esclareceu que embora os representantes da Congregação apresentem o resultado da
254 discussão ocorrida entre cada um dos segmentos, na reunião é possível expor opiniões pessoais para
255 fundamentar o debate e que enquanto estiver presidindo a Congregação todos terão direito a
256 expressar suas opiniões. Ressaltou que os membros estão na reunião para “pensar” a EFLCH e não
257 apenas um curso; que foi esse curso que acabou despertando a discussão, mas que não dá para
258 pautar a escolha da Escola baseada em um curso específico. Segue afirmando que o Curso de
259 História da Arte vai se submeter ao desdobramento dessa discussão sobre a questão dos princípios e
260 que devemos votar e assumir as consequências desses princípios. Acredita que pensar em curso
261 autossustentável como um tipo de arrecadação de verba para os departamentos é ilusório. Profa.
262 Magali explicou, novamente, que a ideia de trazer a discussão para a Congregação foi para subsidiar
263 a decisão da Câmara, já que pelo fluxo atual é a Câmara que toma a decisão. Profa. Ana esclareceu
264 que não está cerceando a opinião, apenas acredita que o debate tem que ser institucional. Prof. José

265 Grillo lembrou que na reunião passada ficou decidido que a discussão ficaria desvinculada do
266 pedido de Departamento de História da Arte. Prof. Marcos destacou que não possuem dúvidas
267 quanto a natureza legal, possuem críticas às leis que permitem; a questão é de legitimidade de
268 princípio. Ressaltou que no dia seguinte, uma vez aprovado, em um dado momento isto pode ser
269 objeto de dúvida para qualquer outra instância e que pode se alegar que “até a EFLCH faz”. A
270 Profa. Márcia Jacomini esclareceu que a sua opinião não vem de fora da instituição, considerou
271 difícil ir contra, em uma instituição que, no seu conjunto, já está ofertando esse tipo de curso.
272 Acredita que o retorno de 30 % para a instituição é muito pouco. Considera que medidas dessa
273 natureza poderiam dar outro rumo para os cursos autossustentáveis nesta instituição. Acredita que a
274 Congregação, no marco de sua discussão, firmando o princípio da gratuidade do ensino público,
275 poderia levar a discussão dos recursos arrecadados para instâncias superiores. Precisa se pensar a
276 instituição no seu conjunto, inclusive a questão de não passar pela Congregação, acha que se
277 deveria levar a discussão mais a fundo. Ressalta que o Estado está incentivando a universidade a
278 tomar medidas de captação para ele não precisar mandar recursos e se a Unifesp vai manter os
279 cursos pagos, precisa discutir o que vem para a Unifesp. Prof. Carlos Bello sugeriu que a votação
280 fosse encaminhada para a próxima reunião a partir de elaboração de princípios. Os presentes
281 consideraram que esta discussão já foi realizada. Profa. Magali, encaminhando para a votação,
282 esclareceu que seriam duas propostas a serem votadas. Primeiro se a Congregação já estaria ou não
283 preparada para tomar um posicionamento; em seguida se a Escola é contrária a abertura de cursos
284 autossustentáveis ou se a Escola acata e decide que sim, que pode ofertar cursos sustentáveis.

285 Questionado aos presentes se a Congregação se acha preparada o suficiente para fazer a indicação
286 para a Câmara, os presentes consideraram que sim. Em regime de votação, os presentes foram
287 questionados se são favoráveis a oferta de cursos autossustentáveis, e com 4 votos a favor, 10 votos
288 desfavoráveis e 5 abstenções, a Congregação decidiu que não serão oferecidos cursos
289 autossustentáveis na EFLCH. Profa. Magali lembrou que os pareceres a serem emitidos nas
290 propostas apresentadas de cursos autossustentáveis, a CAEC deverá indicar a decisão da
291 Congregação. Prof. Grillo considerou desnecessário tirar autonomia da Câmara, a congregação
292 votou e isso orienta a Direção que vai dar o parecer de acordo com a Congregação, e a Câmara pode
293 levar em conta o parecer, mas no futuro outra Direção pode ter outro posicionamento. O Prof.
294 Carlos disse que seria importante fazer um debate institucional para discutir a ambiguidade, pois a
295 legislação permite a realização dos cursos pagos, mas não diz como, e por isso a autonomia deve ser
296 da Congregação sobre as questões políticas envolvidas. O Prof. José Grillo ressaltou que temos que
297 tomar cuidado com as decisões que estamos tomando, pois, a regulamentação que a Unifesp fez deu

298 autonomia para a Câmara e temos que tomar cuidado, pois em nome dos nossos princípios podemos
299 passar por cima dos outros. Profa. Magali esclareceu que a CAEC legalmente tem autonomia, mas a
300 Congregação tem uma deliberação de princípio e caso a Câmara tome outra decisão será pautado
301 em Congregação para resolver a questão, uma vez que este colegiado se manifestou por não aprovar
302 cursos autossustentáveis. A Proposta apresentada pelo Prof. Ivan de criação de uma instância
303 departamental ficou prejudicada, pois se daria na hipótese da aprovação dos cursos
304 autossustentáveis. A Profa. Márcia esclareceu sua proposta dizendo que apesar da EFLCH decidir
305 não ter cursos pagos a instituição tem e pode sugerir e participar do debate sobre o percentual
306 desses cursos pagos que deve ficar na Unifesp. Sobre a decisão da Congregação, considerou que
307 politicamente enfraquece a solicitação, mas institucionalmente não inviabiliza. O Prof. Jaime
308 perguntou se o professor for convidado para participar de um curso pago em outro *campus* se pode
309 participar. Profa. Magali esclareceu que é a CPPD que aprova a participação do professor, pois
310 caracteriza-se como atividades esporádicas. Afirmou que seu entendimento é que de acordo com a
311 decisão que foi tomada na Congregação o que a EFLCH não pode é ofertar o espaço e utilizar
312 recursos humanos e materiais da Escola. Sobre os fluxos e porcentagem de recursos a serem
313 destinados à Unifesp, propôs-se a solicitação de revisão da Resolução 131. Em regime de votação,
314 com 6 abstenções, foi aprovado solicitar revisão da Resolução 131. **7) Proposta de composição de**
315 **grupo de trabalho para desenvolver estudos e estratégias locais, para parcerias público-**
316 **privadas e público-público, captação via leis de incentivo e doações para modernização e**
317 **ampliação da infraestrutura da Unifesp** – Profa. Magali esclareceu que um dos objetivos do
318 grupo é permanecer em contato constante com a câmara técnica da PROPLAN de acordo com as
319 informações apresentadas em outra Congregação pelo Prof. Dr. Pedro Arantes. Profa. Indaiá sugeriu
320 que o grupo fosse formado nos mesmos termos da composição do GTAI, com pessoas que tenham
321 alguma experiência em parcerias para captação de recursos, lembrando a apresentação do Prof.
322 Pedro. Prof. Ivan ressaltou a possibilidade de captação de recursos por leis de incentivo. Profa.
323 Magali falou da possibilidade de utilização da Lei Rouanet para reforma do teatro e que precisaria
324 ser estudada para entender as implicações desse tipo de parceria. Foi aprovado que a Direção
325 Acadêmica fará uma ampla chamada com o objetivo de encontrar os interessados em integrar grupo
326 de trabalho composto por docentes, discentes e técnicos de diferentes cursos. **8) Apresentação de**
327 **proposta do Coletivo Docência, Humanidades, Acessibilidade e Inclusão (CDHAI) que dará**
328 **continuidade ao trabalho do GTAI** – Prof. Marcos Cezar explicou que o Núcleo de
329 Acessibilidade e Inclusão (NAI) tem suas prerrogativas disciplinadas em estatutos e regimentos,
330 portanto responsável por acompanhamento de matrículas, preenchimento de documentação,

331 participação de editais para infraestrutura, ou seja, possui um papel relacionado a materialidade do
332 tema acessibilidade e inclusão e por isso tem representação definida. Explicou, em seguida, que
333 quando o tema apareceu ainda não se tinha conhecimento de como seria regulamentado, mas foi
334 solicitado para a Congregação que o desafio da docência diante do tema deficiência fosse
335 enfrentado com o repertório das humanidades para dar visibilidade ao que já acontece. Diante da
336 mistura de assuntos atribuídos ao NAI e GTAI, foi resolvido que o NAI se configurasse
337 institucionalmente. Dessa forma, o GTAI agora passa a se constituir como Coletivo Docência,
338 Humanidades, Acessibilidade e Inclusão (CDHAI) que vai dar continuidade ao chamamento de
339 professores, que discutem docência e que têm interesse pela questão da contribuição das
340 humanidades ao tema, e de professores da rede que interagem com a EFLCH que acumulam saberes
341 relacionados aos temas das deficiências, além de proporcionar interação com a universidade.
342 Concluiu afirmando que todos os interessados podem participar do coletivo e o *campus* pode
343 desenvolver futuramente um projeto temático. Disse ainda que a parceria com a biblioteca já está
344 em andamento. **11) Reforma do Estatuto Unifesp – proposta de discussão do Capítulo II – Dos**
345 **Departamentos Acadêmicos (as propostas de alterações estão destacadas em azul a partir do**
346 **artigo 32; os artigos anteriores já foram aprovados em Consu) -** Profa. Magali informou que o
347 ponto de pauta foi solicitado pelo Prof. Ivan e que a próxima discussão sobre o Estatuto da Unifesp
348 realizada no CONSU seria a partir do artigo 32, pois os anteriores haviam sido aprovados. Prof.
349 Ivan disse que seria preciso repensar a distribuição do tempo dos informes no início da reunião,
350 destacou que não entende a forma como a discussão sobre o Estatuto vem sendo realizada no
351 CONSU, pois está havendo reformulação sem debate e pergunta se essa discussão chegará ao
352 *campus* para discutir. Chamou a atenção do ponto que foi discutido no Conselho de Letras, que se
353 refere ao mandato de chefia por três anos e que gostaria que fosse mais flexível para que os
354 Departamentos pudessem optar pelo mandato de dois anos. Profa. Indaiá disse que a discussão é
355 importante e destacou o artigo 34 que indica que compete a Congregação aprovar os nomes dos
356 Coordenadores da Câmara de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e Extensão indicados pelo
357 Diretor da Unidade Acadêmica, orientação que diverge do Regimento da Câmara de Graduação que
358 acabou de ser aprovado em março que indica que os coordenadores são eleitos pelos membros da
359 Câmara. Após discussão, Profa. Magali relatou que as reuniões extraordinárias do CONSU não têm
360 tido quórum por isso a morosidade na aprovação e conclusão dos trabalhos, que a forma de
361 encaminhamento das reuniões foi aprovada anteriormente e que as propostas submetidas à
362 aprovação são aquelas indicadas no Congresso Unifesp e outras indicadas há tempos. Considera
363 possível incluir uma nova proposta, mas ressalta que pode não ser debatida, já que são as propostas

364 registradas que vem sendo debatidas e submetidas à aprovação. Profa. Marcia esclareceu que as
365 decisões do Congresso não estão sendo acatadas e verificou que o Congresso aprovou dois anos
366 para Chefia. A Direção Acadêmica verificará a questão dos dois anos para o mandato de chefia de
367 departamento. Após discussão a Congregação se posicionou da seguinte forma: após a definição da
368 data do próximo CONSU extraordinário a Direção irá informar aos Departamentos e Câmara de
369 Graduação se é possível deliberar sobre os pontos levantados: a) mandato de dois anos para Chefia
370 de Departamento; b) indicação da Coordenação da Câmara de Graduação por membros da própria
371 Câmara ou pela Direção; c) que o Diretor Acadêmico não necessite ser Associado nos primeiros dez
372 anos de existência da unidade universitária. **12) Homologação do *ad referendum* da Câmara de**
373 **Pós-Graduação e Pesquisa da EFLCH que homologou a indicação efetuada pelo CEPG do**
374 **Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Prof. Dr. Lucianno Ferreira Gatti como novo**
375 **vice coordenador** - Em regime de votação foi aprovado por unanimidade a homologação do *ad*
376 *referendum* da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da EFLCH que homologou a indicação
377 efetuada pelo CEPG do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Prof. Dr. Luciano Ferreira
378 Gatti como novo Vice Coordenador. Finalizada a pauta Prof. Ivan solicitou que primeiro sejam
379 tratados os pontos da ordem do dia e depois informes que, se possível, poderiam ser apresentados
380 por escrito. O técnico Caio solicitou que, na medida do possível, a pauta seja menor. Ficou decidido
381 que os informes permanecerão no início da reunião, preservando-se o tempo de trinta minutos, das
382 9h às 9h30 e que o tempo de cada manifestação dos membros da Congregação será marcado com a
383 finalidade de garantir que a reunião tenha a duração de quatro horas – das 9 às 13h. Nada mais
384 havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Simone de Oliveira Souza, lavrei essa ata.